



PARTIDO DE RENOVAÇÃO SOCIAL
PRS
REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR

**DECLARAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO DE RENOVAÇÃO SOCIAL
PROFERIDA NA APROVAÇÃO DA CONTA GERAL DO ESTADO DO
EXERCÍCIO FISCAL 2016.**

SUA EXCELÊNCIA SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL

EXCELÊNCIAS SENHORES MINISTROS DE ESTADO

**EXCELÊNCIA SENHOR SECRETÁRIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PARA ASSUNTOS POLÍTICOS CONSTITUCIONAIS E PARLAMENTARES**

**EXCELÊNCIAS SENHORES AUXILIARES DO TITULAR DO PODER
EXECUTIVO**

HONORAVÉIS DEPUTADOS

DISTINTOS CONVIDADOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Estamos aqui mais uma vez, para o cumprimento do estipulado na Lei nº15 /10 de 14 de Junho – Lei do orçamento Geral do Estado, e do Decreto Executivo nº 32/17 de 26 de Março.

Tal como consta no seu conceito, a Conta Geral do Estado é o conjunto de demonstrações financeiras que compreende as contas de todos os Órgãos da Administração Central e Local do estado.

O ano de 2016 a semelhança dos dois anteriores e outros posteriores, foi difícil para a maioria das economias dependentes do petróleo, devido a volatilidade do preço no mercado internacional.

Em relação ao nosso país, o PRS entende que não obstante a Economia Nacional, ter sido marcada pela desaceleração do sector não petrolífero, dependente totalmente das importações, ao decair o seu crescimento de 1.5% em 2015, para 0,8% em 2016, como consta na presente Conta Geral do Estado, deveu-se em grande medida ao facto de haver gestão danosa dos fundos públicos, praticada por entidades a quem o povo, delegou a responsabilidade de gerir o seu dinheiro.

Pois não se compreendeu, numa altura em que se propalava que a economia angolana estava a crescer, embora não se refletia na vida social das populações, ter-se enfrentado anos orçamentais tão difíceis, como se Angola não tivesse algum precedente económico positivo.

Num país onde o sector não petrolífero apenas produziu 0,8% e o petrolífero registou a taxa negativa de 1,7% e que o culpado seja apenas a conjuntura internacional, requer a análise de todos.

A presente Conta Geral do Estado apesar de ser aquela que respeita e contém todos os valores de receita e despesa do Estado, nos seus termos e rigor técnico, remete a Assembleia Nacional e a outros órgãos competentes, um desafio de se averiguar com isenção o que se terá passado para fechar o ano financeiro de forma tão negativa.

A política orçamental em 2016, traduziu-se em austeridade, tendo assumido um carácter fortemente restritivo. Esse facto fez com que a persecução dos objectivos orçamentais para esse ano não fosse atingido. Tendo em conta que o orçamento atribuído, revelou-se menor, se não insuficiente, em relação aos objectivos inicialmente previstos.

- Senão vejamos:

O montante de 18.914 (dezoito mil milhões novecentos e catorze milhões de Kwanzas) atribuído à Presidência da República revelou-se insuficiente, a consolidação orçamental a esse nível foi conseguida com a contração de uma dívida de 9.618 (nove mil milhões seiscentos e dezoito milhões de Kwanzas)

O valor de 28.074 (vinte e oito mil milhões e setenta e quatro milhões de Kwanzas) disponibilizado para a Assembleia Nacional, segundo o documento em análise nessa casa das Leis, não foi capaz de satisfazer as necessidades na categoria de despesas de capital, o que obrigou a que os objectivos da Assembleia Nacional para aquele ano, fossem reprogramados para o ano seguinte.

O tribunal de contas não conseguiu pagar a dívida com a empresa MV&P tecnologias em Informática Limitada, estimada em 97 (noventa e sete mil milhões de Kwanzas);

O tribunal constitucional não conseguiu atingir o mínimo do seu programa inicial, com um orçamento 2.393 (de dois mil milhões e trezentos e noventa e três milhões Kwanzas) a si disponibilizado; só para citar alguns órgãos de soberania.

Em suma, o impacto final, na maioria dos sectores que beneficiaram do orçamento Geral do Estado em 2016, foi negativo e todos com a justificação da crise financeira que afectou os mercados internacionais. É prova evidente que não se tinha dinheiro.

Foi nesse ano de 2016, que Angola registou um dos maiores surtos a “febre amarela” face o olhar sereno das autoridades que nada mais fizeram do que tomar medidas de emergências. ao invés de criar mecanismos para apostar na medicina preventiva. Essa epidemia dizimou centenas de angolanos, não houve nenhuma investigação e ninguém foi responsabilizado.

Foi também nesse ano que a vida dos cidadãos agravou-se, a taxa de inflação aumentou, os preços da cesta básica aumentaram, os medicamentos nos hospitais desapareceram, os professores, os médicos e outros funcionários, perderam o poder de compra, a maioria das empresas foi a falência, tudo por culpa da crise financeira.

No entender do PRS, tal foi possível porque os actos do Executivo não são fiscalizados pela Assembleia Nacional, autorizando assim a cada gestor gerir o seu sector, como bem entender sem prestar contas a ninguém. A suposta fiscalização feita nesse acto de aprovação revela-se ineficiente, tendo em conta que só pode no mínimo, fazer uma recomendação se a ela houver lugar.

Este quadro negativo e sombrio deveria servir de lição para o País, para que anos como 2016, não venham a repetir-se, é necessário que se mude a conduta, principalmente na gestão da coisa pública.

Os contextos económicos adversos repetir-se-ão e as crises são cíclicas, juremos já, em inverter a tendência registada em 2016, colocando a disposição dos Deputados e a quem de direito os mecanismos de fiscalização, que permitam a melhoria de procedimentos de controlo e monitorização das operações da execução orçamental, para o aumento da eficiência de prestação de serviços públicos e colocar as finanças públicas e a nossa economia num nível sustentável.

Muito obrigado

Representação parlamentar do PRS, em Luanda, aos 20 de fevereiro de 2019